

## **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 29 E 30 DE MAIO DE 2023 - 9:00 ÀS 18:00 (CAPES)**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três, na sede da Capes, Brasília-DF, iniciou-se a 1ª Reunião Ordinária do Pleno do Fórum Nacional de Educação do ano de 2023, convocada para os dias 29 e 30 de maio, contando com a participação dos membros, conforme lista de presença, anexa a esta ata. A proposta de **Pauta e Dinâmica** do primeiro dia de Reunião incluiu: 1) Escuta das representações no FNE no âmbito da Consulta Pública sobre o Ensino Médio; 2) Apresentação do Grupo de Trabalho do MEC sobre Plano Nacional de Educação (GT-PNE); 3) Relato da dinâmica de trabalhos e indicações de encaminhamentos iniciais dos Grupos de Trabalho Temporários (GTT) do FNE: GTT 01 - Ensino Médio; GTT 02 - Formação dos/as Profissionais da Educação; GTT 03 - PPA-Participativo; GTT 04 - Política de Alfabetização; GTT 05 - Programa Escolas Cívico-Militares, Educação Domiciliar e Lei da Mordada; GTT 06 - Regulamentação da Educação Privada; GTT 07 - Cultura da Paz nas Escolas. Já a proposta do segundo dia de Reunião abarcou: 1) Continuação do relato da dinâmica de trabalhos e indicações de encaminhamentos iniciais dos Grupos de Trabalho Temporários (GTT) do FNE; 2) Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização (CEMS) - Atualização do Regimento do FNE; 2) Comissão Especial de Mobilização e Divulgação (CEMD) - Ingressos de novas entidades (representações) no FNE; 3) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb; 4) Cronograma de reuniões remotas e presencial do Pleno do FNE. O Professor **Heleno Araújo (CNTE)**, Coordenador do FNE, deu início aos trabalhos convidando os membros do FNE a apresentarem-se. Em seguida, falou sobre o papel da participação social no avanço das políticas, lembrando da comissão organizadora, criada em 2006, que realizou as etapas municipais e estaduais preparatórias da Coneb 2008. Destacou a metodologia usada na elaboração do documento de referência e as contribuições que resultaram no documento final da Conferência de 2010, fundamental para a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE 2014, considerando que foi um movimento diferenciado em comparação ao PNE 2001 e PNE 2011. Ponderou sobre as naturais divergências, dada a pluralidade de pontos de vista, concluindo que o PNE 2014 foi discutido coletivamente e que suas metas representaram conquistas históricas, tendo sido o Projeto de Lei (PL) com mais emendas recebidas na história do Congresso Nacional, dadas as propostas concretas que resultaram da discussão, demonstrando a grandeza do trabalho e do espaço de construção de consensos no processo de planejamento da década da educação. Por fim, registrou sua satisfação de coordenar esse processo, junto às entidades representadas, e agradeceu o empenho da SASE/MEC em proporcionar a todos/as serem recebidos com as condições adequadas para que fossem feitas boas conversas. Após a contextualização inicial, Professor Heleno passou a palavra para a Professora **Maria Selma Rocha (SASE)**, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino da SASE/MEC, para uma saudação aos presentes. Com a palavra, a Professora expressou sua alegria de participar da reunião, falou do significado da retomada do Fórum e da SASE/MEC para os rumos da política educacional e de um projeto de desenvolvimento nacional, com a colaboração das entidades e representações dos diferentes segmentos da sociedade, para enfrentar desafios no campo educacional, alguns antigos outros novos. Em seguida, a Professora citou os trabalhos em

andamento relacionados aos membros da SASE/MEC presentes, passando a dar destaque ao que considerou como questões centrais, como a necessidade de cumprir os prazos legais e institucionais para a elaboração do novo PNE, cumprir o tempo político de aprovação o PL no Congresso Nacional, poder impulsionar os processos estaduais e municipais de construção de seus planos, de forma democrática, não como mera reprodução, mas consistentes quanto ao mérito e às referências metodológicas e que tragam avanços em relação aos planos vigentes, concluindo que o Fórum se constitui no espaço que agrega múltiplas entidades e diferentes experiências na organização da educação Brasileira, por isso, capaz de contribuir fortemente para essa elaboração de maneira democrática. Relacionado a isso, a Professora trouxe à baila a relevância do debate sobre o Sistema Nacional de Educação, falando do empenho do MEC em acompanhar de forma propositiva o debate sobre o PL em tramitação no Parlamento e, sobretudo, da valorização do sistema como possibilidade de assegurar o direito à educação em suas múltiplas faces, por meio do diálogo interfederativo que suponha regulação, fiscalização e avaliação da educação, tanto no setor público quanto no setor privado. Também mencionou um conjunto de aperfeiçoamento a serem feitos, que envolve o Fundeb, a valorização dos profissionais da educação, em termos de salário, carreira e concursos, enfrentando o desafio, por exemplo, da contestação e da garantia do piso salarial, discussões que vão envolver o diálogo entre governo e entidades, por isso a SASE/MEC aguarda a confirmação de nomes que integrarão o Fórum Permanente para acompanhamento da implementação da política do piso salarial para os profissionais do magistério público da Educação Básica para instalar a primeira reunião e assegurar que essa discussão democrática de fato aconteça. Por fim, a Professora reportou-se ao próprio Fórum, citando o empenho do MEC para que o trabalho possa fluir da forma mais democrática possível, de modo que o Fórum seja não só o interlocutor da política nacional de educação, mas uma efetiva instância de acompanhamento e de colaboração para a implementação dos planos, atentos aos demais agentes de controle e de garantia de direitos como os tribunais de contas e o Ministério público, ciente da profundidade e complexidade dos trabalhos a serem realizados, para que o PNE, articulado aos planos estaduais municipais sejam, de fato, a referência fundamental na discussão das políticas públicas nos territórios, nos estados e municípios. Após agradecer a presença da SASE/MEC, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)** apresentou ao Pleno a proposta de pauta e dinâmica da reunião, nos dois dias, explicando o objetivo de cada assunto. Justificou o reordenamento da proposta, passando o ponto da Consulta Pública sobre o Ensino Médio para o turno da tarde por razões logísticas da transmissão ao vivo. Também explicou que a "Apresentação do Grupo de Trabalho do MEC sobre Plano Nacional de Educação (GT-PNE)" seria feita pela SASE/MEC e comentada pelo Professor Luiz Dourado e Walisson Araújo, membros do FNE que acompanharam as primeiras reuniões do GT representando o Fórum. Explicou que a discussão desse ponto contemplaria o processo de elaboração do PL e a demanda pela realização da Conferência Nacional de Educação para dar subsídios ao mesmo. Como não houve destaques, foi iniciada a votação e **A PROPOSTA DE PAUTA DA REUNIÃO FOI APROVADA**. Ato contínuo, o Professor Heleno passou a palavra para **Maurício Prado**, Coordenador-Geral do PNE na SASE/MEC, que saudou os presentes, informou que trataria de aspectos metodológicos do trabalho realizado pelo GT-PNE, comentando sobre a importância do Plano como referência para a elaboração das políticas públicas. Então, situou o PNE na Constituição Federal, alertou que está vencido o prazo de envio do Projeto de Lei pela União

para o Congresso e que não houve iniciativa do governo anterior para cumprir esse prazo. Também citou documentos do INEP e das Conferências como fontes de informação, ponderou sobre o envio de um texto consistente, baseado em diagnóstico robusto como um facilitador para a tramitação no Congresso, fez comparações com o processo de elaboração do PNE 2014, destacando a intenção, na época, era elaborar um texto simples que pudesse ser compreendido pela maioria, sem deixar de apontar deficiências e pontos que necessitavam de avanço. Maurício Prado também falou da composição do GT-PNE, com 15 (quinze) representações, incluindo as Secretarias do MEC, INEP, CAPES E FNDE, Câmara e Senado Federal, FNE, Consed e Undime. Ao falar das etapas do trabalho, apresentou as fases de identificação do problema seguida de análise, ambas passando por validação do Grupo, ressaltando a importância de diferenciar o diagnóstico dos problemas educacionais, identificados pelo grupo de trabalho, do diagnóstico do cumprimento das metas do PNE vigente produzido e publicado pelo INEP a cada dois anos. A última fase do GT-PNE, segundo Maurício, seria a elaboração de diretrizes, objetivos e estratégias, derivados da análise das causas relativas a cada problema identificado. Em acréscimo, mencionou a realização de um conjunto de oficinas, com participantes indicados pelos membros do GT para aprofundar o debate, registrando o número importante de membros do FNE que foram envolvidos e que vêm contribuindo para qualificar as discussões. Ao mostrar o cronograma de trabalho do GT, foi feito um resumo dos temas tratados em cada uma das reuniões já realizadas, dando destaque para a metodologia de análise de problemas e a elaboração, citando a primeira etapa consiste na formulação do problema, depois a descrição que mostra como o problema se manifesta, a etapa fundamental de levantamento das possíveis causas do problema analisado e como elas se relacionam, um ponto de atenção que servirá para todo o desdobramento posterior. Também falou sobre a utilização das fichas de análise de problemas, que ajudam na sistematização, mostrando mais objetivamente a identificação, os e descritores, as possíveis causas considerando a complexidade e relações entre problemas, o processo de sistematização, a projeção de diretrizes, objetivos, possíveis metas que tenham um monitoramento factível, a partir de seus indicadores. Maurício foi enfático sobre a importância da definição de problema, onde deve ser dedicado mais tempo e análise de sua complexidade, para que fique mais simples formular a respectiva solução, evitando formulação apressada e soluções pré-concebidas, citando exemplos da área de alfabetização e da educação inclusiva, mostrando que há problemas regionalizados ou com manifestação desigual, discutindo as diferenciações entre áreas urbanas e rurais, os impactos da pandemia na qualidade do ensino, também comentado resultados já observados nas oficinas realizadas. Com a palavra, o Professor Heleno Araújo agradeceu a exposição e abriu espaço para a manifestação do Professor **Luiz Dourado (ANPAE)** sobre o assunto em tela. Luiz Dourado saudou as pessoas presentes, lembrando que a discussão sobre a recomposição do FNE ocorreu até março, que a Portaria que oficializou o novo desenho foi publicada em abril, isso para justificar a sua participação nas primeiras reuniões do GT e para sugerir que a CEMS pudesse atualizar a indicação de representantes do FNE no Grupo do MEC, assim como para registrar que havia expectativa que a discussão sobre o PNE ocorresse no âmbito do próprio Fórum. Em seguida, destacou que, para o Fórum, o PNE tem uma grande centralidade, sendo o que mais se aproxima de uma Política de Estado, diferente do descaso e da deliberada inação dos governos anteriores. Relatou o esforço permanente do Fórum, nas conferências, para subsidiar a elaboração do

PNE 2014, as decisões políticas que tiveram que ser tomadas, inclusive de utilizar proposições amplas, respeitando os resultados do movimento da sociedade civil. Em seguida foi passada a palavra para **Walisson Araújo (CE-Senado)**, que cumprimentou a SASE/MEC, reiterou as colocações precedentes e reconheceu o esforço feito pelo GT para considerar o conteúdo acumulado dos documentos das conferências realizadas, sem esquecer das contribuições das Conferências Nacionais Populares de Educação, bem como para abrir espaço para a participação do FNE nas etapas de trabalho. Também valorizou a articulação realizada para ampliar a participação das entidades que compõem o Fórum, comentou sobre a exiguidade de prazos para a elaboração do novo PNE e colocou como ponto de atenção dimensões mais estruturantes que precisa estar postas no corpo do PL, a exemplo da criação do Sistema Nacional de Educação e o papel do Fórum. Com a palavra, **Geovana Mendes (ANPED)**, saudou os presentes e procedeu um relato do início do trabalho da CEMS, demonstrando o muito feito em pouco tempo, pois a Comissão foi reorganizada, reuniu 22 (vinte e dois) representantes do FNE, teve como tarefa inicial acompanhar os trabalhos em andamento no GT-PNE, ou seja, tendo que de imediato entregar as fichas de formulação de problemas solicitadas, com o atenuante de obter alguma extensão do prazo, sem prejuízo ao cronograma justificadamente definido pelo MEC. Como não houve tempo hábil, no âmbito da Comissão, para uma construção mais coletiva das contribuições elaboradas por cada entidade, mas que houvesse o esforço, dentro do tempo possível, ficou a expectativa de sistematização no tempo destinado para a CEMS na presente reunião e em outras que serão combinadas internamente na Comissão, compensando o pouco tempo do GT com o acúmulo histórico de análise sobre os problemas da educação e do PNE pelas entidades envolvidas, trazendo contribuições de pesquisas que vão além do que foi feito pelo INEP, chegando a citar o exemplo da Campanha que preencheu em torno de 53 (cinquenta e três) fichas e da ANPED e ANPAE que entregaram 19 (dezenove) fichas. Retomando a palavra, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)** informou que não houve registro de inscritos para esse ponto, sugerindo que para garantir a construção coletiva mencionada, a SASE pudesse avaliar a possibilidade de absorver as entidades que compõem a CEMS no processo de discussão durante as oficinas do GT-PNE. Após intervalo de 10 (dez) minutos da reunião, Heleno Araújo retomou os trabalhos para ouvir a SASE/MEC sobre a perspectiva de realização de uma Conferência Nacional de Educação. Com a palavra, **Maria Selma Rocha (SASE/MEC)** explicou que a construção da Conferência está em discussão na SASE/MEC, porque há desafios novos e houve agravamento de alguns problemas. Outro desafio se refere ao fato de nem todos os Estados e Municípios atribuírem a mesma importância aos respectivos Planos o que implicará iniciativas de assessoria técnica aos entes federados envolvendo questões metodológicas e administrativas de modo a que os Planos Municipais e Estaduais não apenas reproduzam as metas do PNE podendo tratar também de problemas e objetivos específicos de cada contexto, em consonância com as metas nacionais. Apontou para a necessidade de que a Etapa Nacional ocorra no início de fevereiro, antes do Carnaval, a tempo dos resultados da Conferência serem considerados para efeito da elaboração do PL que será enviado ao Congresso. Citou também as limitações orçamentárias da SASE/MEC o que envolverá a discussão de soluções para tornar viáveis as Conferências Municipais, Estaduais e Nacional. Em complemento, **Armando Simões (SASE)**, Assessor da SASE/MEC reforçou que o Plano precisava ter legitimidade social, para não ser um plano burocrático que não vai prosperar, contudo é preciso ser



pragmático para não perder o tempo político precisa de uma agenda viável junto ao Congresso Nacional. Explicou que no planejamento educacional é importante antecipar riscos em relação à educação, não só ver a realidade educacional no momento atual, que a participação na elaboração do Plano é essencial, mas não é suficiente, a sociedade precisa seguir participando na construção de uma agenda educacional, que não é adequado trazer para o debate os resultados das políticas atuais, mas é preciso olhar para a realidade concreta e seus desafios. Por fim reiterou a foco na questão metodológica, na análise de problemas, suas causas para que seja possível pensar em estratégias assertivas de resolução dos problemas. Com a palavra, Professor **Heleno Araújo (CNTE)** agradeceu os esclarecimentos da SASE/MEC, sistematizando, a partir das falas, uma proposta de encaminhamento, no sentido de fazer da elaboração do Plano uma construção coletiva, realizando uma Conferência Nacional de Educação com pauta única, tendo etapa estadual e distrital e seguida da etapa nacional. Em complemento propôs que a CEMD elaborasse um cronograma de debates para apresentar na próxima reunião do Pleno e abriu para os inscritos para esse ponto de pauta. Com a palavra, o Professor **Arnaldo Freire (CONFENEN)**, reportando-se a sua longa experiência no FNE, posicionou-se contra não ter etapa municipal, alertou sobre a necessidade de realizar tanto a etapa estadual quanto municipal para cumprir o disposto em lei. Também sugeriu a articulação com o MEC com as Comissões de Educação da Câmara e Senado, com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e com o FNE, responsáveis citados na Lei, para a construção de um projeto integrado, recordou que após a Conae 2010 houve entendimento sobre ser proposto um único PL e ainda teve o problema de demorar 4 (quatro) anos de tramitação. O próximo inscrito, Professor **Aléssio Lima (UNDIME)**, saudou a todos/as e fez ressalvas sobre a Conae 2022, realizada no período logo após a pandemia, de forma virtual, sem debates qualificados, com poucas opiniões sendo incorporadas, cumprindo formalidades, tanto que acabou retirando-se da Comissão, discordando da metodologia, que gerou um documento analítico, porém generalista. Considerou acertado o esforço do MEC de trabalhar com o documento final produzido, tanto da Conae quanto da Conape - Conferência Nacional Popular de Educação, aproveitando o que foi feito, demonstrando preocupação com realizar uma nova Conferência, seria desconsiderar as realizadas e retardar o tempo da elaboração do Plano, sugerindo talvez um grande evento nacional onde o documento final do GT do MEC pudesse ser discutido com a participação de todas as entidades, ainda que ponderando sobre a relevância de participação dos municípios. Com a palavra, o Professor **Eduardo Cezar da Silva (UNCME)** pediu esclarecimento sobre como seria o calendário, considerando complicado o horizonte de concluir o trabalho do GT em setembro, sugerindo que os documentos da Conae e Conape sejam aproveitados e não seja desprezado o esforço feito, também que após a aprovação do PNE seja feito um trabalho para evitar o "copia e cola" de planos subnacionais. Em seguida, o Professor **Luiz Dourado (ANPAE)** colocou que a nova Conferência era legítima e fundamental, o que não significava anular as anteriores. Relembrou a incidência do FNE para a aprovação de 2014, o fato de, em contexto adverso, ter sido possível realizar as Conferências populares sem recursos nem apoio do governo, a necessidade de forte atuação do FNE, agora recomposto, no processo de elaboração e tramitação do PL. Por fim, expressou seu entendimento de que, havendo uma nova Conferência, o MEC vai aguardar o documento final para enviar o Projeto ao Congresso, que o momento político requer esse esforço e mobilização, que a Conferência é um espaço formativo necessário para reforçar a articulação do

PNE, com os planos subnacionais. Com a palavra, **José Celestino, Tino (CUT)**, fez referência ao Estado de Minas, com o maior número de municípios, cujo governo destruiu a estrutura educacional, atacou direitos, não implementou o Plano Estadual de Educação. Também ponderou sobre a contradição entre o atual Governo Federal progressista e Congresso de inclinação conservadora para justificar a importância de fazer as Conferências Municipais, um movimento a partir dos municípios, concordando com a ideia de ter uma etapa preparatória que envolva os atores políticos desde a base. O penúltimo inscrito, **Marcio Alexandra Lima (INEP)**, considerou a experiência do PNE 2014 que retornou às contribuições da Conae 2010 para dizer sobre o impacto que têm realizar de uma Conferência e, indo além do resultado, a Conferência constrói uma articulação importante, para que seja possível defender e chegar a PL vitorioso. Também lembrou que a Conferência está sendo considerada como uma metodologia central na elaboração das políticas públicas pelo Governo atual, o que justifica o esforço de uma nova Conae. Por último, **Fernanda Sobral (SBPC)** retomou a dúvida sobre o cronograma, se o GT de entrega PL em setembro e a Conferência em fevereiro de 2024, para que fique mais claro o papel da Conferência, deliberativa ou mobilizadora. Concluídas manifestações dos membros do Pleno, foi passada a palavra para **Maria Selma Rocha (SASE/MEC)** que se reportou à singularidade da situação atual em relação a outros momentos históricos, ponderou sobre as conferências realizadas, respeitando os processos, o esforço e seus resultados, porém avaliando que elas não alcançaram os requisitos previsto na lei, não tendo condições de assegurar, por exemplo, o diagnóstico da educação feito com os parâmetros de participação exigidos. Ressaltou ainda a importância da construção social no processo de elaboração do PL para dar sustentação no Congresso dentro do tempo político e força para a articulação do PNE aprovado com os Planos estaduais e municipais, desafio do FNE, em diálogo com o MEC, pensar em uma mediação possível sobre o processo como um todo. Em acréscimo, **Armando Simões (SASE/MEC)** discutiu o problema do prazo de envio do PL, comparando com o que ocorreu no momento anterior, lembrando que o PNE 2001-2011 tinha 15 dias para completar sua vigência quando o PL do Plano seguinte foi enviado ao Congresso. Deixou uma sugestão mediadora de que as Conferências Estaduais pudessem envolver os Fóruns Municipais para garantir o envolvimento dos municípios. Com a palavra, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)**, retomou o argumento da diretriz do governo de fazer Conferências, colocando que precisa estar clara a posição do MEC para realizar. Por outro lado, considerou importante o FNE aprofundar o debate e também apresentar sua posição, considerando o encaminhamento de construir a Conferência, a partir da CEMD da apresentação de uma proposta na próxima reunião, em junho, trazendo eventual cronograma de etapas, com atenção ao envolvimento dos municípios, considerando as alternativas também apresentadas na reunião de que a incidência no FNE no PL seja restrito ao Pleno do Fórum, com eventual realização de plenárias, se for necessário, por último dialogando com a SASE/MEC sobre os limites e possibilidades orçamentárias para financiamento do que for proposto. Por fim, declarou o intervalo da reunião para almoço e retorno às 14h30. À tarde, na retomada dos trabalhos, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)** saudou a todos/as presentes na sala e quem acompanhava pelo Canal do MEC no Youtube ([https://www.youtube.com/watch?v=iDMS6jWI\\_PE](https://www.youtube.com/watch?v=iDMS6jWI_PE)), saudando a oportunidade de dialogar sobre o novo Ensino Médio (NEM), sobre o dever do Estado de garantir o direito à educação, sobre a importância da participação social para a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Situou o

debate da Lei 13.415/2017, que foi aprovada sem participação após a Medida Provisória, que deu origem a essa lei, ter tirado a oportunidade dos envolvidos opinarem, cumprindo ao atual governo abrir esse debate. Informou que a escuta do FNE foi proposta pela SASE/MEC, tendo sido acolhido como pauta da reunião. Em seguida, foi passada a palavra para a Professora **Mercedes Bustamante (CAPES)**, Presidente da Capes para as palavras de acolhida da anfitriã. A Professora deu boas-vindas, colocando a CAPES à disposição, sobretudo para o FNE que agrega representações importantes da educação, destacando que também faz parte do coletivo, cumprimentando também a SASE/MEC pelo trabalho realizado. Ato contínuo, o Professor **Maurício Holanda (SASE)**, Secretário da SASE/MEC e coordenador da Consulta Pública, agradeceu os presentes pela oitiva, citou de outras instâncias, entidades e movimentos que foram ouvidos e disse que, naquele momento, esperava ouvir o Pleno do Fórum para poder comentar e sistematizar as contribuições, agradecendo ainda, os integrantes do MEC que organizaram a reunião. A título de contextualização, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)**, registrou que o FNE foi incluído, por Portaria do Ministro, no grupo de coordenação da Consulta Pública sobre o NEM, que também conta com o Consed, CNE, Foncede, sendo que a instalação do Fórum em abril não permitiu ao FNE participar das primeiras reuniões e decisões metodológicas. Contudo, informou que foi criado o GTT do Ensino Médio no âmbito do Fórum, sendo coordenado pela ANEC e CEDES e tendo a relatoria da CONIF e UNCME, sendo composto por quase metade das entidades do FNE. Em seguida, Heleno passa a palavra para a Professora **Roberta Guedes (ANEC)**, que cumprimentou a todos e relatou o trabalho realizado até então pelo GTT, com reuniões regulares, levantamento e disponibilização de documentação das entidades acerca do NEM, sistematização de um texto a partir desse conteúdo, validação do texto em reunião do GTT, entrega à coordenação para aprovação do Pleno do Fórum e envio para a SASE/MEC. Na sequência, a Professora falou sobre dois estudos feitos pela ANEC sobre a implantação do NEM em 1.100 (hum mil e cem) escolas católicas, o primeiro com base na escuta de professores, coordenadores e diretores, que mostrou o cansaço dos profissionais com a mudanças e incertezas, já o segunda pesquisa fez um estudo comparativo das matrizes curriculares das mais de mil escolas compreendidas pela Associação, mostrando a falta de consonância entre matrizes, resultados que considera preocupantes e indicam a necessidade de pensar conjuntamente em uma solução. Em seguida foi passada a palavra para **Wisley Pereira (CNI)** que se apresentou como líder da Rede SESI de Ensino, presente em 336 municípios, com mais de 540 escolas, mais de 300 mil estudantes, sendo a primeira rede a implementar as mudanças, como piloto, em 2018, para entender o impacto na formação de professores, materiais didáticos e avaliação, avançando a partir de investimentos e mudanças realizadas, encontrando-se hoje com uma experiência consolidada. Com a palavra, **Rita de Cássia Pacheco (Fórum EJA)** explicou que o impacto da reforma na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas foi de redução em 25% de alunos/as, gerando evasão e abandono, além do empobrecimento curricular e redução do tempo da formação para 1 ano. O próximo inscrito, **Gilson Reis (CONTEE)**, informou que a entidade vem analisando o problema desde o começo, tendo como posições a ideia que o Ensino Médio precisa estar vinculado a um projeto de desenvolvimento estratégico do País que reconheça os direitos da juventude, sendo o modelo vigente de fundamento liberal e orientado pela lógica da privatização. Por fim, sugeriu que a questão seja pensada não por setores, mas de uma forma coletiva, um projeto nacional, afirmando que a posição da entidade é de

revogação da lei atual. Com a palavra, o Professor **Luiz Dourado (ANPAE)** explica que a posição da ANPAE é da elaboração de uma Política de Estado para o Ensino Médio, rompendo com o dualismo estrutural entre formação propedêutica e formação profissional, criticou a forma impositiva, sem legitimidade da reforma, razões da ANPAE é favorável à revogação desta lei. A próxima inscrita, Professora **Luzia Motta (CONIF)**, pontuou que a sobreposição de reformas marcam a história da educação no Brasil, que é importante que haja posicionamento de cada entidade em um processo que é de disputas, que o governo progressista considere a escuta para tomar decisões. Também citou o documento da CONIF que avaliou a reforma e seu resultado como desigualdade educacional, apontou problemas da formação de professores como operadores de conteúdos, baseada na BNCC, colocando como contraponto a experiência bem sucedida de Ensino Médio Integrado. Dando seguimento, a Professora **Lueli Duarte (FORUMDIR)**, comentou o fato da mudança exigir investimentos que não foram realizados nas escolas públicas, falou dos efeitos da reforma nos cursos de licenciatura quando destaca o notório saber e esvazia a formação plena dos profissionais, criticou a falta de direcionamento para uma formação humana e emancipatória, citou pesquisas que mostram problemas após a implantação precarizada do NEM e concluiu dizendo que a entidade é favorável à revogação da lei. Com a palavra, **Andressa Pellanda (CAMPANHA)** colocou que a entidade é favorável à revogação do NEM, sugeriu que o FNE também se posicionasse dessa forma, e mencionou ter assinado uma carta, junto com outras 620 entidades, onde esse posicionamento é justificado por meio de 10 pontos fundamentais. Lembrou da ocupação das escolas entre 2015 e 2016, onde estudantes pediram uma educação construída junto com eles, a valorização dos profissionais e infraestrutura e qualidade. Na sequência, **Rosângela Oliveira (PROIFES)** baseou seu comentário na historicidade do problema, sugeriu olhar os resultados para avaliar os resultados dos modelos em funcionamento, colocando a posição favorável à revogação. Em seguida, **Rodrigo de Paula (CONTEE)**, representando os/as trabalhadores da educação privada, afirmou que o NEM aprofunda as desigualdades e aumenta a distância entre a educação dos mais ricos e da classe trabalhadora, sugeriu que o debate seja feito da forma mais democrática possível, sem excluir os estudantes e as entidades. Dando continuidade às manifestações, **Gabriel Barros (UNE)**, disse que a entidade é contra o NEM, reivindicou a imediata revogação falou das dificuldades geradas para estudantes que favorecem a evasão na Educação Básica e dificulta o acesso ao Ensino Superior, citou os efeitos nos cursos de licenciatura. A próxima inscrita, **Guelda Andrade (CNTE)**, colocou questionamentos sobre os nexos entre o NEM e outras reformas econômicas e sociais que ocorreram no mesmo período, sobre a posição desprestigiada do País frente aos demais, sobre a importância de pensar o Ensino Médio como parte integrante da Educação Básica e de que os estudantes tenham possibilidade de continuar seus estudos, se essa for a sua escolha. Na sequência, **Geovana Lunardi (ANPED)**, mencionou a posição da entidade pela revogação do NEM, informou sobre o ciclo de debates organizado junto com a SEB, com a participação dos pesquisadores, destacou que o território importa quando mostra que a maioria dos municípios não têm escolas de Ensino Médio, dando o exemplo da Bahia, também citando as produções científicas sobre o tema, sugerindo a elaboração de uma política educacional para o Ensino Médio. Em seguida, **Lara Rocha (CEERT)**, falou que a entidade também é favorável à revogação do NEM, destacando que o aprofundamento das desigualdades já mencionado, atinge principalmente a juventude negra. **Lucia Rincon (UBM)** fez relação com a



desigualdade situada nos grupos de mulheres, que são maioria entre trabalhadores da educação, sugerindo que o recorte de gênero precisa estar perpassando as políticas. Com a palavra, o Reitor **Paulo Muniz (ABRUC)**, falou da invisibilidade das instituições comunitárias, destacou a chegada do jovem à Educação Superior, considerando que o NEM tem impacto no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em seguida, o Reitor **Alfredo Gomes (ANDIFES)**, falou sobre a posição da entidade expressada no documento que trata da formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, apontando a revogação da Resolução CNE n. 02/2019, fez a crítica sobre a forma como o NEM foi criado, comentou sobre a ruptura provocada na perspectiva de uma articulação sistêmica da educação, colocou a posição favorável à revogação. A próxima inscrita, **Fernanda Sobral (SBPC)**, rememorou que na reunião anual da entidade em 2018 já havia sido aprovada uma moção pela revogação do NEM, falou sobre a edição especial do Jornal da Ciência que é veiculado para todos os associados, tratando dos erros da reforma quanto à formulação e comunicação do NEM, defendeu que não se pode corroborar com uma reforma que amplia a desigualdade social no Governo que tem como prioridade reduzir essa desigualdade. Também deu seu depoimento sobre a incidência de candidatas dos Institutos Federais que concorreram ao Prêmio Carolina Bori, um fato que parece indicar o sucesso da educação integrada. **Carlos Alberto (PROIFES)** ressaltou a relação entre o NEM e a lógica neoliberal, com redução da formação científica e crítica, questionando a tendência de ampliação da educação a distância, sugerindo que haja uma repactuação para garantir um Ensino Médio universalizado. Em seguida, **Otto Farias (CONFENAPAIS)** falou do lugar de usuário do serviço educacional, ressaltando a expectativa dos pais de que seus filhos aprendam competências, que aprendam para o futuro incerto, citou a experiência de outros países onde observou a autonomia dos estudantes, no ensino de inglês, há temor e frustração frente a tantas mudanças da escola, considerando a transição melhor que ruptura. Com a palavra, o Deputado Federal **Fernando Mineiro (CE-Câmara)** informou que a Comissão não tem uma posição sobre a revogação do NEM, mencionou o seminário realizado a partir de 6 pedidos de audiência pública que se juntaram, sugeriu que o FNE pense a estratégia para fazer o debate no Congresso Nacional. Em seguida, **Fabiano Farias (CNC)**, representando Fernanda Pedrosa, observou que depois dos pontos levantados ficou evidente que não pode continuar como está, falou do funcionamento das escolas do SESC que abrange 15 mil alunos, sugeriu pensar na possibilidade da reforma ser reformada. Após a fala dos inscritos, Professor Heleno Araújo retomou os pontos que apareceram nas falas, a título de sistematização, a começar por pensar a Educação Básica numa visão sistêmica, colocando distorções que ocorrem nos estados para reflexão, mencionou pesquisas que apenas 15% dos jovens de 16 anos estão no Ensino Médio, sendo necessário pensar em todos os que estão fora. Após breve intervalo, a reunião foi retomada com as considerações de **Maurício Holanda (SASE/MEC)**, concordando com o insucesso da dimensão curricular, com a falta de pactuação e dos problemas de infraestrutura, da obviedade das lacunas do NEM, com outros problemas relacionados ao acesso à Educação Superior, corresponsabilidade dos governos estaduais, especificidades do Sistema e à importância de fazer a reforma respeitando a cultura profissional dos professores/as, conversando com eles/as de forma contínua. Confirmou que as escutas mostram que há problemas, apontam o problema da educação a distância, indicando que a política educacional do Ensino Médio é política para a juventude, considerando os jovens nas suas capacidades, necessidades, interesses, é preciso abrir espaço para

eles expressarem as potencialidades que eles têm. O Secretário terminou agradecendo as contribuições. **Gilson Reis (CONTEE)** sugeriu ao FNE votar uma posição em relação ao NEM. O Professor **Heleno Araújo** ponderou que a votação não estava prevista porque o ponto era a consulta pública, indicando a retomada do assunto, aguardando a elaboração do documento pelo GTT e que, de imediato, possa ser feita uma consulta a cada uma das entidades que compõem o Fórum para ter um quadro sobre qual o posicionamento de cada uma. Em seguida, o Professor declarou o encerramento das atividades do dia, lembrando da continuidade da pauta no dia seguinte. Dando início aos trabalhos do segundo dia, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)**, a pedido das Comissões e dos GTTs, submeteu ao Pleno o encaminhamento de passar para a próxima reunião a discussão sobre o Regimento Interno do FNE e a apreciação do parecer sobre os pedidos de ingresso no FNE. Ao mesmo tempo, colocou o encaminhamento de, pela manhã, proceder à exposição dos seis GTTs, realizando a discussão com o FNDE sobre os conselhos de acompanhamento dos do Fundeb, aprovando o cronograma de reuniões e considerando a indicação de Gilson Reis do dia anterior, discutir também a questão de como o Fórum se posicionar sobre o NEM, além de novos assuntos que pudessem ocorrer. Assim, ficaria para o turno da tarde a reunião das Comissões e Grupos. Como não houve destaque, **A PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA DINÂMICA FOI APROVADA**. Então, para proceder ao relato do GTT 02 - formação dos profissionais da educação, coordenado por Professor Luiz Dourado (ANPAE) e Suzane Gonçalves (ANFOPE), tendo como relatoria Lueli (FORUMDIR) e Guelda (CNTE), Professor Heleno Araújo passou a palavra ao Professor **Luiz Dourado (ANPAE)**, que discorreu sobre as atividades do GTT. Com destaque, descreveu a participação no Grupo de Trabalho sobre Formação de Professores criado pelo MEC, coordenado pela Secretária Executiva Izolda Cela, o entendimento de tratar formação inicial articulada à formação continuada, a reinstalação do Conselho Técnico da Educação Básica da CAPES que discutirá os Programas de formação e os mestrados profissionais. Ademais, falou da política nacional para formação inicial e continuada de profissionais da educação como referência de trabalho, incluindo docentes e funcionários/as, conforme disposto no Decreto 8.752/2016, falou da crítica à Resolução CNE 02/2019 e dos movimentos para a sua revogação e retomada da Resolução 02/2015. Retomando a palavra. Em acréscimo, **Carlos Alberto (PROIFES)** sugeriu solicitar ao MEC disponibilizar os dados sobre a força de trabalho para discutir as condições de precariedade dos profissionais, dimensão articulada ao processo de formação e valorização. **Fernanda Sobral (SBPC)**, destacou a importância de analisar a formação de licenciatura ou mestrado ou doutorado no campo da educação escolar indígena. O Professor **Heleno Araújo, retomando a palavra**, sugeriu ao GTT pensar sobre a inclusão do funcionário de escola no censo escolar, assim como pontuou que os GTTs têm o prazo de até 120 dias, a contar da sua criação em abril, para a apresentação de seu relatório, o qual aprovado pelo Pleno, passa a subsidiar o posicionamento do FNE frente aos temas educacionais em tela. Após mencionar a indicação da Professora Geovana Lunardi (ANPED) como representante do FNE para o Conselho de Participação Social e a relação entre essa tarefa e o trabalho do próximo grupo interno ao FNE, passou a palavra para o Professor **Eduardo Silva (UNCME)** para relatar as atividades do GTT 03 - PPA-Participativo. O Professor explicou que o grupo fez apenas uma reunião para apresentação dos componentes e organização da agenda, que dialogou com os demais membros do FNE que fazem parte do Fórum Interconselhos criado pela Presidência da República, local de coordenação da

discussão sobre o PPA. O Professor **Heleno Araújo** ressaltou a importância do GTT tratar da articulação entre PPA e o PNE, de modo que o orçamento possa destinar recursos para cumprir as metas e estratégias, em seguida passou a palavra o Professor **Sandro Santo (MIEIB)** para a relator as atividades do GTT 04 - Política de Alfabetização. Com a palavra, o Professor falou da dificuldade do Grupo fazer a primeira reunião, comentou sobre as iniciativas do MEC, no âmbito da SEB e da SECADI, citou a ABALF como uma entidade de referência para o debate, comentou sobre o cumprimento da meta específica do PNE para o tema da alfabetização e sobre a abrangência da discussão deste GTT de modo a contemplar a alfabetização de crianças e a alfabetização de jovens e adultos também. Em seguida, o Professor Heleno Araújo lembrou que Otto Farias (CONFENAPAS) e Gabriel Barros (UNE) ficaram na coordenação do GTT 05 - Programa Escolas Cívico-Militares, Educação Domiciliar e Lei da Mordada. Então, com a palavra, Otto Farias (CONFENAPAS) fez relato das atividades que teve início com discussão sobre a metodologia ou visão e objetivos do Fórum, o entendimento de que precisa separar as frentes de análise que são distintas e a indicação de que o ponto de partida será o levantamento de materiais, manifestações já realizadas, também pontuou sobre a urgência desse debate. O Professor **Heleno Araújo (CNTE)** falou sobre a demanda de participação do FNE em audiências sobre esses temas para reforçar a importância de que o Fórum tenha elementos para se posicionar, em seguida passou a palavra para o relato de atividades GTT 06 - Regulamentação da Educação Privada, coordenado por Gilson Reis (CONTEE) e Arnaldo Freire (CONFENEM). Com a palavra, o Professor **Gilson Reis (CONTEE)** afirmou que o grupo propõe a defesa da regulamentação da educação privada Brasileira e mostrou como o GTT vai trabalhar, indicando que vão convocar, candidatos intelectuais ligados a educação brasileira para tratar do tema, farão leitura e análise de documentos oficiais, também um levantamento sobre a situação internacional considerando 15 países, para então organizar seminários para discussão e sistematização sobre o assunto. Em acréscimo, Arnaldo Freire (CONFENEM), ressaltou o entendimento discutido no grupo de que a perspectiva de mercantilização da educação e a financeirização do ensino são um "inimigo natural" do processo de regulamentação da educação privada. Em discussão suscitada pelo tema, **Paulo Muniz (ABRUC)** destacou o lugar das instituições comunitárias nesse debate e o quanto estão afetadas pela discussão da regulamentação. Maria **Selma Rocha (SASE/MEC)** deu ênfase à ausência completa do setor privado no Projeto de Lei do Sistema Nacional da Educação e à importância da discussão sobre regulação, sobre fiscalização, sobre avaliação em uma conjuntura que coloca a educação como um negócio no mercado internacional de ações. **Andressa Pellanda (CAMPANHA)**, destacou como referência os Princípios de Abidjan e a importância de fazer um comparativo entre a legislação Brasileira e a de outros países, bem como analisar o impacto do processo de regulamentação no financiamento da educação. **Eduardo Silva (UNCME)** chamou a atenção para a discussão sobre regulamentação da Educação Básica privada também, tendo em vista as distorções observadas, em especial, no âmbito dos Municípios. Após as manifestações dos inscritos, foi passada a palavra para o relato de atividades do GTT 07 - Cultura da Paz nas Escolas. Com a palavra, **Vivian Fuhr (UNDIME)**, coordenadora do GTT, considerou outras questões a exemplo do papel do Ministério Público frente aos casos ocorridos nas escolas, assim como tratou da organização interna, informando sobre o pedido de manifestações e estudos das entidades do FNE, da participação no Grupo criado pela SECADI/MEC que fez uma oitiva sobre o tema, informou que o professor Arnaldo representou o

Fórum na caravana que estava sendo organizada pelo Governo Federal. Para contribuir com o assunto, **Darli Zunino (UNCME)** mencionou a preocupação com o PL que está tramitando no Congresso sobre a questão do armamento dos profissionais da educação e fez a relação entre o tema e a questão do fortalecimento da gestão democrática. **Ricardo Tonassi (FONCEDE)** mencionou fatores relacionados com a administração da educação, com o papel da Justiça e a formação dos gestores. Após reafirmar prazos para a produção e apresentação do documento de cada GTT, o Professor **Heleno Araújo (CNTE)** introduziu o próximo ponto de pauta, uma demanda que chegou até o FNE de se discutir o processo de eleição de Conselheiros dos CACS do Fundeb, informado que após esse ponto, ainda haveria a discussão sobre o cronograma de reuniões para que os membros possam agendar, se preparar e garantir a presença, sem coincidir com outras atividades, considerando que serão reuniões do virtuais e a segunda reunião presencial. Ademais, sinalizou a realização de reuniões com os Fóruns Estaduais de Educação, que inclui a aproximação por meio da CEMD, direto com as Coordenações, também o princípio de não ter tempo longo nas reuniões virtuais, que a periodicidade deverá se mensal, registrando o indicativo da reunião presencial nos dias 04 e 05 de dezembro que vai incluir a pauta da eleição da coordenação do FNE e, com essas diretrizes, encaminhou que uma proposta de cronograma será enviado para todos os membros. Em seguida, passou a palavra para **Leomir Araújo (FNDE)**, coordenador de normatização do FNDE que falou sobre as mudanças na normatização do CACS, as dificuldades de implementação dos Conselhos no nível municipal, a demanda de formação dos conselheiros e conselheiras, os dispositivos de escolha como forma de segurança, isenção e imparcialidade do CACS, o papel do Tribunal de Contas e outros órgãos no processo de fiscalização da execução dos recursos do FUNDEB. Para contribuir com a discussão, **Vivian Fuhr (UNDIME)** trouxe informações sobre o GT do Fundeb, criado pelo MEC e das preocupações observadas em municípios de que a falta de entrega do relatório dos conselhos tenha como consequência a suspensão da transferência de recursos do Fundeb. **Darli Zunino (UNCME)** sugeriu a discussão sobre a recondução de pelo menos de um terço dos membros dos CACS. **Carlos Alberto (PROIFES)** sugeriu o levantamento de informações sobre o volume de recursos do Fundeb que não estão sendo disponibilizados para que o FNE possa fazer uma avaliação desse problema. **Eduardo Cezar da Silva (UNCME)** comentou que é importante ficar mais clara a questão das condicionalidades para quem recebe ou quem não recebe os recursos. Em resposta, **Leomir Araújo (FNDE)** justificou que tem a norma, mas tem as questões específicas que precisam ser observadas e ter algum encaminhamento, comprometendo-se em levar as questões levantadas para o FNDE e seguir dialogando com o Fórum. Com a palavra, o professor **Heleno Araújo (CNTE)** agradeceu a presença do FNDE e participação de todos os membros do FNE, declarando o encerramento da reunião.



**ANEXO DA LISTA DE PRESENÇA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO  
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE) - 07 E 08 DE DEZEMBRO DE 2023 -  
9H ÀS 18H**

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho – (Coordenador do FNE )
2. Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras - Fasubra - Charles dos Santos Brasil - Suplente
3. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime -Vivian Katherine Fuhr Melcop - Suplente
4. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias de Educação Superior – ABRUC – Paulo Muniz Lopes – Titular
5. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES - Alfredo Macedo Gomes – Titular
6. Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE – Luiz Fernandes Dourado – Titular
7. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – Geovana Mendonça Lunardi Mendes - Titular
8. Confederação Nacional de Pais e Alunos – CONFENAPAIS – Otto Benar Ramos de Farias – Titular
9. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE – Gilson Reis– Titular
10. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP - Marcio Alexandre Barbosa Lima - Suplente
11. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF – Luzia Matos Mota – Titular
12. Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - PROIFES- Carlos Alberto Marques - Titular
13. Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação – FONCEDE – Ricardo Tonassi Souto – Titular
14. Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil – Fóruns Eja Brasil – Rita de Cássia Pacheco Gonçalves – Titular

15. Secretaria de Articulação e com os Sistemas de Ensino – SASE - Alessandra Santos de Assis – Titular
16. Secretária Executiva Adjunta – SEA – Gregório Durla Grisa – Titular
17. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Marcia Serra Ferreira - Titular - Suzana dos Santos - Suplente
18. Secretaria de Educação Superior - SESU - Denise Pires de Carvalho - Titular
19. Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - Fernando Mineiro - Titular
20. Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal - Walisson Araújo - Suplente
21. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – Fernanda Antônia da Fonseca Sobral – Titular
22. Central Única dos Trabalhadores – CUT - José Celestino Lourenço – Titular
23. Centro de Estudo das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT -Lara Santos Rocha – Suplente
24. União Brasileira de Mulheres – UBM - Lúcia Rincon – Suplente
25. Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC - Roberta Valeria Guedes - Titular
26. Confederação Nacional do Comércio - CNC - Fernanda Ferreira Pedrosa - Suplente
27. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime - Alessio Costa Lima - Titular
28. Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR - Lueli Nogueira Duarte e Silva - Titular
29. Alexsandro do Nascimento Santos - SEB -Suplente
30. Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE - Andressa Camile Pellana - Titular
31. Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN - Arnaldo Cardoso Freire - Titular
32. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme - Eduardo Cezar Bezerra - Titular

**CONVIDADOS:**

33. Maria Selma de Moraes Rocha - Diretora - SASE-MEC

**OBSERVADORES:**

34. Armando Amorim Reis - SASE-MEC

35. Carla Comerlato Jardim - MEC

36. Cláudia da Silva - MEC

37. Guelda Cristina de Oliveira Andrade - CNTE

38. Lucimar Dias - MEC

39. Maria Aparecida Camarano Martins

40. Rafael Brito - Câmara

41. Rodrigo Pereira de Paula

42. Rosângela Gonçalves

43. Fabiano Farias de Souza- RJ

44. Sandro Vinicius Sales - MG

45. Luiz Roberto Alves - SP

46. Heloisa S. Nogueira - DF

47. Rita Célia de Souza - MEC